DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.JRPC-5578/2014**
PROCESSO TC/MS	:	TC/11982/2013
PROTOCOLO	:	1427063
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	JOSÉ GILBERTO GARCIA
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	EX-PREFEITO
ASSUNTO DO PROCESSO	:	NOTA DE EMPENHO Nº 2485/2012
RELATOR	:	CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
CONTRATADO (A)	:	D.M.P. PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO Nº 221/2012
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	AQUISIÇÃO DE PNEUMÁTICO
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	39.120,00

RELATÓRIO

Tratam as peças dos autos sobre a Nota de Empenho de Despesa nº 2485, de 2012, emitida pelo Município de Nova Andradina em favor da empresa DMP Pneus e Acessórios Ltda., havendo sido examinadas a formalização do seu instrumento e a sua execução financeira e consideradas regulares pelos técnicos da 1ª Inspetoria de Controle Externo, por meio da Análise nº 6502/2014 (peça nº 19).

Em seguida, o Procurador de Contas, em manifestação sobre a matéria, emitiu o Parecer GAB.3 DR.JAC/SUBSTITUTO-15055/2014 (peça nº 20) e opinou pela "***legalidade*** *e* ***regularidade*** *da formalização do empenho e da prestação de contas de sua execução financeira, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar n. 160/2012, combinado com o artigo 120, inciso II e III, e artigo 122, inciso III, "a" e "b", ambos da Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.*".

É o Relatório.

DECISÃO

Da análise do conteúdo dos autos verifico que os procedimentos de formalização do instrumento e de execução financeira da Nota de Empenho de Despesa nº 2485/2012 se desenvolveram de acordo com as prescrições legais e regulamentares, à exceção do envio da sua cópia a este Tribunal que ocorreu intempestivamente.

Desse modo, é apropriado dizer que o ex-Prefeito Municipal não cumpriu o prazo previsto para a remessa de documento ao Tribunal, devendo ser, portanto, apenado com a multa cabível, nos termos do art. 46 da Lei Complementar (estadual) nº 160, de 2 de janeiro de 2012. Entretanto, a falha aqui mencionada não inviabiliza a declaração de regularidade dos procedimentos analisados.

Diante do exposto, acolho os posicionamentos firmados pela Inspetoria competente e pelo representante do Ministério Público de Contas e **DECIDO** nos termos de:

I. **DECLARAR REGULARES** os procedimentos de **FORMALIZAÇÃO** e de **EXECUÇÃO FINANCEIRA** da Nota de Empenho de Despesa nº 2485, de 2012, emitida pelo Município de Nova Andradina em favor da empresa D.M.P. Pneus e Acessórios Ltda., com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) nº 160, de 2 de janeiro de 2012;

II. **APLICAR MULTA** ao Sr. **José Gilberto Garcia, CPF nº 174.824.299-72**, ex-Prefeito Municipal, equivalente ao valor de 30 (trinta) UFERMS, *pela intempestividade na remessa, ao Tribunal, de cópia da referida Nota de Empenho de Despesa nº 2485/2012*, com o recolhimento da quantia ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas-FUNTC, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Decisão no DOTCE/MS, consoante o disposto nos arts. 21, X, 42, IX, 44, I, 45, I, 46, e 83 da Lei Complementar nº 160, de 2012;

É COMO DECIDO.

Tribunal de Contas, 23 de outubro de 2014.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro-Relator

IHS